

Demonstrações Financeiras Millet Participações S/A

31 de dezembro de 2021 e 2020
com o Relatório dos Auditores Independentes

Millet Participações S/A

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço Patrimonial.....	4
Demonstração do Resultado.....	5
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações de Fluxo de Caixa	7
Notas Explicativas �s Demonstrações Financeiras	8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Sócios e Administradores da **Millet Participações S.A.**

Rio de Janeiro, RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Millet Participações S/A (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da Millet Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota nº 2.4 a Companhia adquiriu 85% de participação na Alibra Alimentos S.A. pelo valor R\$ 179,4 milhões. O investimento na Controladora é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras, onde o investimento é reconhecido inicialmente ao custo e, a partir daí, é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação no patrimônio líquido da controlada. Até a conclusão destas demonstrações financeiras a administração ainda se encontra realizando avaliações de forma a demonstrar a alocação do preço de compra. Nossa opinião ficou limitada nesse assunto, porém, não contém ressalva relacionada.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de confiança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 2022.

MRU Auditores Independentes Ltda.
CRC RJ 009.336/O



Elias Xavier de França Junior
Contador CRC RJ 090.827/O



Raul Cacio Soncin Pimentel
Contador CRC RJ 112.682/O

Balanco Patrimonial

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Ativo				
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa	3	871	199	8.195
Contas a Receber de Clientes	4	-	-	69.645
Estoques	5	-	-	45.125
Impostos a Recuperar	15	381	-	9.092
Dividendos e JSCP a Receber	7	2.158	-	-
Outros Créditos	6	-	-	810
Total do Ativo Circulante		3.410	199	132.867
Realizável a Logo Prazo				
Depósitos judiciais		-	-	20
Impostos a Recuperar	15	-	-	3.844
IRPJ e CSLL Diferidos	15	-	-	4.732
Outros Créditos	6	-	-	106
Permanente				
Investimentos	7	183.042	-	-
Intangível	8	-	-	90.070
Imobilizado	9	-	-	49.735
Ativos de Direito de Uso	10	-	-	954
Total do Ativo Não Circulante		183.042	-	149.461
Total do Ativo		186.452	199	282.328
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	11	-	-	11.742
Contas a Pagar a Fornecedores	12	-	2	32.854
Salários e Contribuição Social a Pagar	13	-	-	5.305
Impostos a recolher	15	2	-	1.324
Arrendamentos a pagar	10	-	-	348
Dividendos e JSCP a Pagar	7	-	-	381
Mútuos a Pagar	21	-	22	-
Outras obrigações	14	-	-	3.709
Total do Passivo Circulante		2	24	55.663
Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	11	-	-	13.333
Arrendamentos a pagar	10	-	-	624
Provisão para contingências	16	-	-	2.355
Participações a Pagar	7	33.761	-	33.761
Outras obrigações	14	-	-	5.486
Total do Passivo Não Circulante		33.761	-	55.559
Capital Social	17	148.404	1.261	148.404
Reservas de Lucros (Prejuízos Acumulados)	17	4.285	(1.086)	4.285
Patrimônio Líquido		152.689	175	152.689
Participação de Não Controladores		-	-	18.417
Patrimônio Líquido Consolidado		152.689	175	171.106
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		186.452	199	282.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
Receita Líquida de Serviços	18	-	-	199.259
Custos dos Serviços Prestados	19	-	-	(156.500)
Margem Bruta		-	-	42.759
Despesas Operacionais				
Despesa com vendas	19	-	-	(21.370)
Despesas Administrativas	19	(857)	(1.029)	(17.019)
Outras Receitas (Despesas) líquidas	19	-	-	112
		(857)	(1.029)	(38.277)
Resultados em Participações Societárias				
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	6.231	-	-
		6.231	-	-
Resultado Antes do Resultado Financeiro		5.374	(1.029)	4.482
Resultado Financeiro Líquido				
Receitas Financeiras	20	-	-	4.604
Despesas Financeiras	20	(3)	(5)	(5.350)
		(3)	(5)	(746)
Resultado Antes dos impostos		5.371	(1.034)	3.736
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Corrente		-	-	(599)
Diferido	15	-	-	3.333
		-	-	2.734
Resultado Consolidado		5.371	(1.034)	6.470
Participação acionistas de minoritários		-	-	(1.099)
Resultado Líquido		5.371	(1.034)	5.371
Outros Resultado Abrangentes		-	-	-
Resultado Líquido do Exercício		5.371	(1.034)	5.371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social		Reserva de Lucros		Patrimônio Líquido	Participa�o de Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
		Capital Social	AFAC	Reserva Legal	Reserva de Reten�o			
Saldo em 31 de dezembro de 2019		101	-		(52)	49	-	49
Aporte de Capital Social	17.1	-	1.160		-	1.160		1.160
Resultado do Exercício	17.2	-	-		(1.034)	(1.034)	-	(1.034)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		101	1.160		(1.086)	175	-	175
Aporte de Capital Social	17.1	-	147.143		-	147.143	-	147.143
Aumento de Capital Social	17.1	147.143	(147.143)		-	-	-	-
Combina�o de Negócios	2.4	-	-		-	-	17.766	17.766
Delibera�o de JSCP	7	-	-	-	-	-	(448)	(448)
Resultado do Exercício	17.2	-	-		5.371	5.371	1.099	6.470
Reserva Legal	17.2			214	(214)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		147.244	1.160	214	4.071	152.689	18.417	171.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras.

Demonstração de Fluxo de Caixa

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado antes dos Impostos		5.371	(1.034)	3.736
Ajustes ao Resultado				
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	(6.231)	-	-
PCLD	4	-	-	(473)
Depreciação e Amortização	8/9	-	-	2.975
Juros sobre Arrendamentos	10	-	-	35
Juros sobre Empréstimos	11	-	-	735
Provisão para Contingências	16	-	-	416
Correção de Mútuos	21	-	1	-
Resultado Ajustado		(860)	(1.033)	7.424
Variações dos Ativos e Passivos				
Contas a Receber de Clientes		-	-	(18.631)
Estoques		-	-	(15.683)
Depósitos Judiciais		-	-	26
Contas a Pagar a Fornecedores		(2)	23	11.185
Salários e Contribuição Social a Pagar		-	-	401
Impostos a Recuperar e a Recolher		2	-	(5.283)
Outros Ativos e Passivos		-	-	7.167
Pagamento de juros sobre Empréstimos	11	-	-	(539)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	(360)
Caixa Líquido nas Atividades Operacionais		(860)	(1.010)	(14.293)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de investida	7	(145.589)	-	(145.589)
Combinação de Negócios	2	-	-	13.773
Aquisição de Imobilizado	9	-	-	(3.803)
Aquisição de Intangível	8	-	-	(12)
Caixa Líquido nas Atividades de Investimento		(145.589)	-	(135.631)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Aporte de Capital Social	17	147.143	1.160	147.143
Empréstimos e Financiamentos captados	11	-	-	35.170
Empréstimos e Financiamentos pagos	11	-	-	(24.109)
Arrendamentos pagos	10	-	-	(262)
Mútuos pagos	21	(22)	-	(22)
Caixa Líquido nas Atividades de Financiamento		147.121	1.160	157.920
Varição de Caixa e Equivalente de Caixa		672	150	7.996
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente de Caixa	3	199	49	199
Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa	3	871	199	8.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 14 de novembro de 2018 sob a denominação Metheora Empreendimentos e Participações S/A e após a aquisição pela Percipere Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia alterou a sua denominação para Millet Participações S/A. A Companhia possui sede em São Paulo – SP, e tem por objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista. Permaneceu em processo pré-operacional realizando avaliações e negociações de investimentos até junho de 2021 quando a Companhia adquiriu 85% de participação na Alibra Ingredientes S.A. (“Alibra”).

A Alibra está localizada na cidade de Campinas no Estado de São Paulo e possui uma filial na cidade e município de Marechal Cândido Rondon no estado do Paraná. As atividades da Companhia, compreendem a exploração do ramo de industrialização, comercialização, exportação e importação de substâncias para conservar e estabilizar produtos alimentícios em geral, misturas alimentícias para preparo de sopas, molhos, temperos e condimento, pratos culinários, recheios e salgados em geral, produtos de panificação e confeitaria, preparação à base de frutas e/ou cereais utilizados para a elaboração de recheios iogurtes, sobremesas e sorvetes em geral, misturas alimentícias para a fabricação de doces e sobremesas em geral, empacotamento de leite em pó, misturas e preparados à base de leite em pó, empacotamento de misturas alimentícias à base de soro de leite em pó e/ou derivados lácteos em pó e preparados em pó para elaboração de bebidas não alcoólicas em geral.

A Alibra dispõe de incentivo fiscal em seu estabelecimento localizado no Estado do Paraná conforme a seguir:

Por opção da Alibra o regime de tributação do ICMS é efetuado com base na Lei 13.332/2001, incorporada no RICMS/PR, Anexo III, item 31. Por força desse dispositivo legal, ao estabelecimento que realizar a industrialização de leite ou de soro de leite, ou que tenha encomendado a industrialização, opcionalmente, em substituição ao aproveitamento normal de créditos nas entradas, poderá se creditar do percentual de 7% (sete por cento) sobre o valor das operações de saídas interestaduais dos produtos resultantes da industrialização. Na saída de mercadorias o destaque do ICMS é feito pela alíquota normal, sendo que no registro de apuração é efetuado um crédito correspondente a 7% (sete por cento).

Os créditos de matérias primas são permitidos nas aquisições de matérias primas e embalagens. No entanto deverá ser estornado no registro de apuração o percentual correspondente ao montante de vendas interestaduais sobre o total das vendas no mês, exceto em relação ao leite, inclusive em pó, originário de outro Estado, energia elétrica ou óleo combustível utilizados no processo industrial e embalagens destinadas à comercialização de leite, cujo créditos são admitidos pelo valor integral.

1.1. COVID-19

No ano de 2021 não fomos impactados por nenhum efeito direto decorrente da pandemia do COVID. A performance das vendas atendeu às projeções e expectativas, mesmo com uma demanda mais fraca do que era previsto para o ano. Como ponto residual e contínuo de 2020, verificou-se a continuidade de aumento no custo de matérias primas principalmente dos derivados lácteos, com necessidade de repasse no preço de venda. Apesar desses repasses, em termos percentuais, não foi possível recuperar o mesmo nível de margem antes da pandemia. A Companhia segue com os protocolos de segurança, seguindo as determinações da OMS.

A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão mencionadas na Nota 2.23.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e pela administração em 14 de março de 2022.

2.3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As seguintes empresas estão incluídas na consolidação:

Controladas	Participação	Percentual Participação	
		31/12/2021	31/12/2020
Alibra Ingredientes S.A. ("Alibra")	Direta	85,00%	-

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

2.4. Combinação de Negócios

Em junho de 2021 a Companhia adquiriu 85% de participação da Alibra Ingredientes S.A (“Alibra”) passando a deter o controle sobre a mesma, assim em 2021 a companhia passa a apresentar os saldos consolidados a partir da data de aquisição do controle da investida. Até a conclusão destas demonstrações financeiras a análise do valor justos dos ativos e passivos adquiridos ainda se encontra em andamento e assim a diferença entre o valor patrimonial do investimento e preço de compra esta totalmente alocado em ágio não alocado (*Good-Will*), uma vez concluído a análise da alocação do preço de compra o mesmo será reclassificado para as respectivas linhas de mais-valia. O quadro abaixo demonstra os saldos da Alibra na data de aquisição do controle, a alocação do preço de compra e o saldo total:

	Nota	Alibra	Alocação	Combinação
Ativo				
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa		13.773	-	13.773
Contas a Receber de Clientes		50.541	-	50.541
Estoques		29.442	-	29.442
Impostos a Recuperar		5.692	-	5.692
Outros Créditos		1.120	-	1.120
Total do Ativo Circulante		100.568	-	100.568
Ativo não Circulante				
Depósitos judiciais		46	-	46
Impostos a Recuperar	15	1.655	-	1.655
IRPJ e CSLL Diferidos	15	1.399	-	1.399
Outros Créditos		106	-	106
Intangível	8	11.485	78.678	90.163
Imobilizado	9	48.560	-	48.560
Ativos de Direito de Uso	10	1.196	-	1.196
Total do Ativo Não Circulante		64.447	78.678	143.125
Total do Ativo		165.015	78.678	243.693
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	11	13.818	-	13.818
Contas a Pagar a Fornecedores		21.667	-	21.667
Salários e Contribuição Social a Pagar		4.904	-	4.904
Impostos a recolher		712	-	712
Arrendamentos a pagar	10	357	-	357
Outras obrigações		2.238	-	2.238
Total do Passivo Circulante		43.696	-	43.696
Não Circulante				
Arrendamentos a pagar	10	842	-	842
Provisão para contingências	16	1.939	-	1.939
Outras obrigações		100	-	100
Total do Passivo Não Circulante		2.881	-	2.881
Investimento (85% de participação)	7	100.672	78.678	179.350
Participação de Não Controladores		17.766	-	17.766
Acervo Líquido na Combinação		118.438	78.678	197.116
Total do Passivo		165.015	78.678	243.693

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.6. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

2.7. Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

2.8. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

2.9. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, A Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

O Departamento Financeiro da Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo e ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. Esse departamento compreende o diretor e gerente financeiros. Quando necessário é envolvido avaliadores externos, após discussão com o comitê de auditoria e respectiva aprovação dele recebida.

Para fins de divulgações do valor justo, A Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.11. Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando relevante, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com seus vencimentos, se aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber em atraso, considerando ainda a expectativa de perda sobre as contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir perdas na sua realização.

2.12. Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.14. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo.

O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

2.15. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

2.16. Intangível

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

2.17. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Redução ao valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ativos de longo prazo. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a unidade geradora de caixa atua. Em 31 de dezembro de 2021 não foram identificados quaisquer indícios de *impairment* sobre os ativos intangíveis da Companhia.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

2.18. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de desempenho, de modo que a receita de venda de produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item.

2.19. Imposto de renda e contribuição social

a) Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social corrente relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

b) Diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

a Companhia mantém o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, para refletir os efeitos fiscais futuros sobre as diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, calculados à alíquota fiscal combinada de 34%.

2.20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

2.21. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Os ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros ativos e depósitos judiciais.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado (Nota 23).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- iii) Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.
- iv) Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber, créditos com partes relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

A exposição máxima ao risco de crédito do Contas a Receber de clientes na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável das contas a receber de clientes são também fornecidas na Notas Explicativa no 4.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, financiamentos com terceiros e arrendamentos a pagar.

Mensuração subsequente

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 10.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

2.22. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo;

- Unidade administrativa - 3 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para A Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 8.

b) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, A Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir A Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, A Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

2.23. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatário) - A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui contrato de aluguel de sua sede administrativa que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

a) Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Arrendamentos - estimativa da taxa incremental sobre empréstimos - A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito da subsidiária).

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Teste anual de impairment - Anualmente, a Companhia efetua teste de recuperabilidade do ágio e demais ativos (teste de *impairment*), de acordo com a prática contábil apresentada na Nota 8, onde leva em consideração determinadas premissas de crescimento, taxa de perpetuidade, taxa de inflação, taxa WACC, dentre outras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de Políticas Contábeis (Continuação)

2.24. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Companhia concluiu que as seguintes normas novas e alteradas não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado; e • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

b) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

2.25. Novas normas em vigor a partir de em 31 de dezembro de 2021 ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário de Políticas Contábeis (Continuação)

2.25. Novas normas em vigor a partir de em 31 de dezembro de 2021 ainda não adotadas (Continuação)

O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

b) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia que não haverá impacto na apresentação com a emissão da alteração.

c) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

d) Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários em conta corrente e aplicações de alta liquidez.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de caixa e equivalente de caixa são assim compostos:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Numerário em espécie	-	-	17
Depósito bancário em Conta Corrente	871	199	1.549
Aplicações Financeiras ^(a)	-	-	6.628
Total	871	199	8.194

a) As aplicações financeiras vigentes são compostas por títulos de renda fixa, indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podendo ser resgatados a qualquer momento, e sem risco significativo de perda de valor.

4. Contas a Receber de Clientes

Em 31 de dezembro de 2021, a composição e cronograma do Contas a Receber são assim compostos:

	Consolidado 31/12/2021
Clientes nacionais	67.844
Clientes internacionais	8.645
Contas a Receber	76.489
PCLD	(6.844)
Total	69.645
A vencer	63.105
Vencidos	
Até 30 dias	4.178
De 31 a 60 dias	1.925
De 61 a 90 dias	491
De 91 a 180 dias	19
De 181 a 360 dias	44
Acima de 361 dias	6.727

A Companhia não mantém qualquer garantia para os títulos em atraso.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado 2021
Combinação de Negócios	(7.317)
Reversões no período	473
Saldo Final	(6.844)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Estoques

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de Estoques são assim compostos:

	Consolidado 31/12/2021
Produtos acabados	14.693
Matérias-primas	22.855
Poder de terceiros	488
Embalagens	2.380
Importação em trânsito	701
Produto intermediário	4.008
Total	45.125

Em 31 de dezembro de 2021, não foram necessárias a constituição de provisão para perdas nos estoques.

6. Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de Outros Créditos são assim compostos:

	Consolidado 31/12/2021
Títulos a receber	19
Outros valores a receber	13
Sinistros a receber	69
Adiantamentos de férias	69
Adiantamentos a fornecedores nacionais	554
Adiantamento a convênios	23
Despesas antecipadas	63
Depósitos e cauções	106
Total	916
Circulante	810
Não Circulante	106

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos

Em junho de 2021 a Millet Participações S/A adquiriu 85% de participação na Alibra Ingredientes S.A (“Alibra”), localizada na cidade de Campinas no Estado de São Paulo e possui filial na cidade e município de Marechal Cândido Rondon no estado do Paraná. As atividades da Companhia, compreendem a exploração do ramo de industrialização, comercialização, exportação e importação de substâncias para conservar e estabilizar produtos alimentícios em geral, misturas alimentícias para preparo de sopas, molhos, temperos e condimento, pratos culinários, recheios e salgados em geral, produtos de panificação e confeitaria, preparação à base de frutas e/ou cereais utilizados para a elaboração de recheios iogurtes, sobremesas e sorvetes em geral, misturas alimentícias para a fabricação de doces e sobremesas em geral, empacotamento de leite em pó, misturas e preparados à base de leite em pó, empacotamento de misturas alimentícias à base de soro de leite em pó e/ou derivados lácteos em pó e preparados em pó para elaboração de bebidas não alcoólicas em geral., pelo valor total de aquisição de R\$ 179.350 mil, sendo R\$ 138.843 mil no momento da aquisição e R\$ 40.507 mil a prazo conforme cronograma de pagamentos acordado, dos quais R\$ 6.746 mil foram pagos ainda em 2021. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de participações a pagar é de R\$ 33.761 mil.

Segue abaixo quadro com a movimentação dos saldos de investimento no período:

	<u>DMPL Alibra</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Good-Will</u>	<u>Total</u>
Aquisição em Junho de 2021	118.438	100.672	78.678	179.350
Resultado do Período (jun-dez)	7.330	6.231	-	6.231
Juros Sobre Capital Próprio ^(a)	(2.987)	(2.539)	-	(2.539)
Saldo em 31/12/2021	<u>122.781</u>	<u>104.364</u>	<u>78.678</u>	<u>183.042</u>

a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Alibra provisionou JSCP no valor de R\$ 2.987mil dos quais a Millet tem direito a R\$ 2.539 (R\$ 2.158 líquido de retenção de impostos) equivalente à sua participação, sendo os demais R\$ 448 (R\$ 381 líquido de retenção de impostos) devido a sócios minoritários.

Os principais saldos da investida são os seguintes:

Balanco Patrimonial	<u>31/12/2021</u>	<u>30/05/2021</u>
Ativo Circulante	131.614	100.568
Ativo não Circulante	70.783	64.447
Total do Ativo	<u>202.397</u>	<u>165.015</u>
Passivo Circulante	57.819	43.696
Passivo não Circulante	21.797	2.882
Patrimônio Líquido	122.781	118.437
Total do Passivo	<u>202.397</u>	<u>165.015</u>
 Demonstração do Resultado	 <u>2021</u>	 <u>Jan-Maio</u>
Receita Líquida de Vendas	318.317	119.058
Custo de Mercadorias Vendidas	(247.635)	(91.135)
Lucro bruto	<u>70.682</u>	<u>27.923</u>
Despesas Operacionais	(53.655)	(55.735)
Resultado Financeiro	(1.615)	(872)
Lucro antes dos Impostos	<u>15.412</u>	<u>10.816</u>
Impostos sobre o Lucro	1.820	(905)
Resultado do Exercício	<u><u>17.241</u></u>	<u><u>9.911</u></u>

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

A movimentação dos saldos de Intangível da companhia no período está demonstrado a seguir:

	Marcas e Patentes	Software	Carteira de clientes e não competitividade	Ágio (rentabilidade futura)	Good Will "Alibra"	Total
Vida útil média em anos	-	5	5	-	-	
Custo Histórico	60	1.458	1.550	10.970	78.678	92.716
Amortização Acumulada		(1.003)	(1.550)	-	-	(2.553)
Combinação de Negócio	60	455	-	10.970	78.678	90.163
Aquisições no período	-	12	-	-	-	12
Amortização do período	-	(105)	-	-	-	(105)
Custo Histórico	60	1.470	1.550	10.970	78.678	92.728
Amortização Acumulada	-	(1.108)	(1.550)	-	-	(2.658)
Saldo em 31/12/2021	60	362	-	10.970	78.678	90.070

Em 31 de julho de 2015, a Companhia incorporou a Genkor Ingredientes Ltda., cujas participações societárias foram adquiridas em 2014 e 2015. O ágio decorrente desse investimento está sendo amortizado para fins fiscais, conforme apurado nos respectivos laudos de avaliação.

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para o ágio fundamentado em rentabilidade futura, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* do ágio considerou o desempenho histórico da Companhia e suas projeções de crescimento até 2025, e taxa de perpetuidade a partir de 2026, descontados à taxa WACC da Companhia.

A Administração da Companhia entende que a unidade geradora de caixa para teste de *impairment* do ágio é o negócio Alibra como um todo, estando essa metodologia alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia.

Conseqüentemente, o teste de *impairment* deste ágio utilizou está UGC (Alibra) e a metodologia do valor em uso. O resultado do teste de *impairment* realizado em 31 de dezembro de 2021 não indicou necessidade de provisão para perdas por *impairment*.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

A movimentação dos saldos de Imobilizado da companhia no período está demonstrado a seguir:

	Terrenos	Edifícios e Construções	Máquinas e Equipamento	Instalações Industriais	Veículos	Móveis e Utensílios	Equipamento de Laboratório	Computador e Periféricos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em Andamento	Total
Vida útil média em anos	-	25	10	10	5	10	10	5	-	-	-
Custo Histórico	3.631	17.595	34.571	12.770	468	2.147	623	1.282	550	4.788	78.425
Depreciação Acumulada	-	(2.690)	(21.638)	(2.349)	(389)	(1.183)	(276)	(790)	(550)	-	(29.865)
Combinação de Negócios	3.631	14.905	12.933	10.421	79	964	347	492	-	4.788	48.560
Aquisições no período	-	-	427	-	-	120	57	214	-	2.985	3.803
Depreciação do período	-	(419)	(1.237)	(746)	(5)	(84)	(28)	(109)	-	-	(2.628)
Baixas (Custo)	-	-	-	-	(322)	-	-	-	-	-	(322)
Baixas (Depreciação)	-	-	-	-	322	-	-	-	-	-	322
Transferências	-	506	184	54	-	-	-	-	-	(744)	-
Custo Histórico	3.631	18.101	35.182	12.824	146	2.267	680	1.496	550	7.029	81.906
Depreciação Acumulada	-	(3.109)	(22.875)	(3.095)	(72)	(1.267)	(304)	(899)	(550)	-	(32.171)
Saldo em 31/12/2021	3.631	14.992	12.307	9.729	74	1.000	376	597	-	7.029	49.735

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de imobilizado em andamento se refere basicamente a ampliações que vem sendo efetuadas na unidade de Marechal Cândido Rondon/PR, referentes ao projeto de “Estação de Tratamento de Efluentes” (R\$ 3.380), “Mistura Úmida” (R\$ 1.887) e outros projetos (R\$ 1.762).

Em 2021, em conformidade com o CPC 27, o Grupo realizou avaliação da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Arrendamento a Pagar e Direito de Uso

A tabela a seguir demonstra a movimentação de Direito de Uso e Arrendamentos a Pagar durante o período:

	Consolidado
	2021
Combinação de Negócios	1.196
Amortização no período	(242)
Saldo Final de Direito de Uso	954
Combinação de Negócios	1.199
Juros provisionados no período	35
Pagamentos Efetuados no período	(262)
Saldo Final de Arrendamentos a Pagar	972
Circulante	348
Não Circulante	624

11. Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021 os saldos de Empréstimos e Financiamentos são assim compostos:

	Taxa	Indexador	Vencimento	Consolidado
	a.m.			31/12/2021
Capital de Giro (Nota de crédito à exportação)	0,33%	CDI/PRE	2021	23.770
Adiantamento Contrato de Câmbio	0,35%	US\$	2021	1.305
Saldo Final				25.075
Circulante				11.742
Não Circulante				13.333

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por recebíveis, a qual foi exigida pelos Agentes Financeiros intermediadores da operação.

A tabela a seguir demonstra amortizações e captações durante o período:

	Consolidado
	2021
Combinação de Negócios	13.818
Captações no período	35.170
Provisão de Encargos no período	735
Amortização do Principal no período	(24.109)
Pagamento de juros no período	(539)
Saldo Final	25.075

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Contas a Pagar a Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de contas a pagar a fornecedores são assim compostos:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Fornecedores Nacionais	-	2	22.722
Fornecedores Estrangeiros	-	-	10.132
Total	-	2	32.854

13. Folha de Pagamento e Encargos Sociais a Recolher

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de salários e encargos sociais a pagar são assim compostos:

	Consolidado
	31/12/2021
Folha de Pagamento	1.664
Provisão de Férias	2.744
Encargos Sociais a Recolher	884
Empréstimos Consignado a Funcionários	5
Contribuição Sindical e Recolher	8
Total	5.305

14. Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de Outras Obrigações são assim compostos:

	Consolidado
	31/12/2021
Adiantamento de clientes	377
Comissões a pagar	440
Pensão alimentícia	1
Outras contas a pagar	1.565
Provisão de comissões	1.313
Processos Trabalhistas	14
Títulos a pagar	100
Obrigações com antigos acionistas ^(a)	5.385
Total	9.195
Circulante	3.709
Não Circulante	5.486

a) Os valores referem-se ao crédito tributário referente ao processo judicial transitado em julgado favoravelmente à Companhia que discutia a exclusão do ICMS da base de Cálculo do PIS e COFINS, os quais serão integralmente repassados ao ex-acionistas da Companhia, após compensação integral desses créditos, que é esperada para a partir de 2022, conforme mencionado na Nota 15.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Tributos

15.1. Impostos a Recolher e a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de impostos a recolher e a recuperar são assim compostos:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
IRPJ e CSLL a recolher	2	-	740
ISS a recolher	-	-	1
ICMS a recolher	-	-	583
Impostos a Recolher	2	-	1.324
IRPJ e CSLL a recuperar ^(a)	381	-	3.553
PIS e COFINS a recuperar ^(b)	-	-	8.237
PIS e COFINS a recuperar s/Imobilizado	-	-	213
ICMS a recuperar	-	-	796
IPI a recuperar	-	-	52
Crédito parcelamento PERT	-	-	57
Reintegra	-	-	28
Impostos a Recuperar	381	-	12.936
Circulante	381	-	9.092
Não Circulante	-	-	3.844

a) Referem-se principalmente aos créditos tributários, referente ao período de 2013 a 2017, levantados conforme benefício fiscal decorrentes da LC 160/2017, atualizados pela variação da taxa básica de juros da economia (Selic), estando o valor de R\$ 3.075 classificado no ativo não circulante.

b) Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, em julgamento com repercussão geral, que o ICMS não compõe a base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS, sendo a decisão válida a partir de 15 de março de 2017, data que foi fixada a tese de repercussão geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que foi proferido o julgamento. O estabelecido nessa decisão também esclareceu que a tese trata do ICMS destacado em nota fiscal. A Companhia ajuizou ação em outubro de 2009 pleiteando o período de 2004 a março de 2017, obtendo trânsito em julgado de sua ação de forma favorável em janeiro de 2022. Como resultado, a Companhia efetuou o levantamento dos referidos créditos tributários, perfazendo o montante total de R\$ 5.385, que inclui o montante de R\$ 2.282 de atualização monetária e juros. A administração da Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, o montante total de R\$ 5.385. Contudo, em decorrência do Contrato de Compra e Venda de Ações, onde 85% das ações da Companhia foram adquiridas em 18 de junho de 2021 pela sociedade Millet Participações S.A., conforme mencionado na Nota 1, foi reconhecida obrigação contratual com os antigos acionistas da Companhia, uma vez que essa ação se refere ao período anterior essa transação de aquisição (Nota 14). Os referidos créditos tributários e a respectiva obrigação contratual foram contabilizados nas linhas de outras receitas e/ou despesas operacionais e receitas/despesas financeiras pelos montantes de R\$ 3.103 e R\$ 2.282, respectivamente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Tributos (Continuação)

15.2. Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro 2021, o saldo do ativo e passivo fiscal diferido:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>
Ativos	
Decorrentes de diferenças temporárias	3.252
PCLD	801
Prejuízo fiscal	445
Provisão para contingências	6.825
Provisão Comissões a Pagar	2.327
Passivos	
Ágio rentabilidade futura amortizado	(2.093)
Total dos Impostos Diferidos Líquidos	<u>4.732</u>

A movimentação da provisão para impostos diferidos esta demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>2021</u>
Combinação de Negócios	1.399
Provisão no período	3.333
Saldo Final	<u>4.732</u>

16. Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de provisão para contingências são assim compostos:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>
Trabalhistas	91
Risco Previdenciário	2.264
Total	<u>2.355</u>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>2021</u>
Combinação de Negócios	1.939
Provisão no período	416
Saldo Final	<u>2.355</u>

As causas trabalhistas com probabilidade de perdas possíveis totalizam R\$ 80, nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio Líquido

17.1. Capital Social

A Companhia foi constituída em 14 de novembro de 2018 com a subscrição de 1.200 (um mil e duzentas) ações ordinárias nominativas, no valor total de um mil e duzentos reais totalmente integralizado por acionistas domiciliados no País.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 20 de março de 2019 a companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 100 mil, mediante a emissão de 100.000 (cem mil) novas ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado em 5 de junho de 2019.

Em 2020 os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 1.160 mil à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em 2020 os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 147.143 mil à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 30 de dezembro de 2021 a companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 147.143 mil, mediante a emissão de 147.143.004 novas ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado pela capitalização de saldo de AFAC.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da companhia é de R\$ 147.244 mil (R\$ 101 mil em 31 de dezembro de 2020) referentes à 147.244.204 (101.200 em 31 de dezembro de 2020) ações subscritas.

Data da Assembleia	Quantidade de Ações	Capital Social
14 de novembro de 2018	1.200	1
20 de março de 2019	100.000	100
30 de dezembro de 2021	147.143.004	147.143
Total	147.244.204	147.244

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o saldo de AFAC da companhia é de R\$ 1.160 mil.

17.2. Reserva de Lucros

A destinação do resultado de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial de Prejuízos Acumulados	(1.086)	(52)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	5.371	(1.034)
Base de cálculo para reservas de lucro	4.285	-
Reserva legal	(214)	-
Saldo final de Reserva de Retenção de Lucros	4.071	(1.086)
Saldo final de Reserva Legal	214	-
Saldo final de Reservas de Lucro	4.285	(1.086)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita operacional líquida

Em 2021, as receitas operacionais da Companhia são assim compostas:

	<u>Consolidado</u> <u>2021</u>
Mercado interno	200.948
Mercado externo	21.084
Receita Bruta	<u>222.032</u>
Devoluções sobre vendas	(2.506)
Abatimento sobre vendas	(558)
Impostos incidentes sobre vendas	(19.709)
Dedução da Receita	<u>(22.773)</u>
Receita Líquida	<u>199.259</u>

19. Despesas operacionais

Em 2021 e 2020, os custos e despesas operacionais da Companhia são assim compostas:

	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	-	-	(140.326)
Gastos com pessoal	(36)	(36)	(21.321)
Depreciação e Amortização	-	-	(2.975)
Serviços de terceiros	(821)	(993)	(17.021)
Energia elétrica, água e telefone	-	-	(1.793)
Fretes sobre vendas	-	-	(7.555)
Marketing	-	-	(832)
Viagens	-	-	(377)
Manutenção e reparo	-	-	(738)
Treinamento	-	-	(69)
Alugueis	-	-	(620)
PCLD	-	-	473
Provisões para Contingencias	-	-	(416)
Outros	-	-	(1.302)
Total	<u>(857)</u>	<u>(1.029)</u>	<u>(194.872)</u>
Custos dos produtos vendidos	-	-	(156.500)
Despesas com vendas	-	-	(21.370)
Despesas Administrativas e gerais	(857)	(1.097)	(17.019)
Outras receitas e (despesas) operacionais	-	-	17

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado Financeiro

Em 2021 e 2020, as receitas e despesas financeiras são assim compostas:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	144
Juros ativos e descontos obtidos	-	-	106
Variação cambial ativa	-	-	4.354
Receitas Financeiras	-	-	4.604
Juros pagos e atualizações	(2)	(3)	(421)
Tarifas Bancárias	(1)	(2)	(76)
Descontos concedidos	-	-	(1)
Variação cambial passiva	-	-	(4.352)
Despesas Financeiras	(3)	(5)	(5.350)
Resultado Financeiro Líquido	(3)	(5)	(746)

21. Partes Relacionadas

21.1. Contrato de Mutuo

Em 19 de agosto de 2020 a Millet celebrou contrato de mutuo com a Sisley Participações S/A (“Sisley”) no valor de R\$ 21 mil referente a obrigações da Millet quitadas pela Sisley na mesma data. O valor atualizado do mutuo foi totalmente quitado em 6 de janeiro de 2021.

21.2. Remuneração da administração

A remuneração da Administração corresponde a remuneração paga a Diretores conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária. O total da remuneração pagos aos Administradores da companhia em 2021 foi de R\$ 36 (R\$ 36 em 2020).

22. Seguros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas securitárias para os riscos que possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia. Dentre as modalidades de seguros contratadas pela Companhia, são destaques:

- Riscos operacionais: cobertura de danos materiais ocasionados a prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios decorrentes de incêndio, raio e explosão, desentulho, alagamentos, quebra de maquinário e danos elétricos, bem como perda de receita bruta causada pela interrupção de produção consequente de danos materiais. Em 31 de dezembro de 2021, a importância segurada é de R\$ 106.650.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeiras, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gestão de Risco

23.1. Fatores de risco financeiro

A companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez; e
- Risco de Mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima. A nota a seguir define os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a) Riscos de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falhas destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Caixa e Equivalente de Caixa	871	199	8.194
Contas a Receber de Clientes	-	-	69.645
Outros Créditos	-	-	916
Total	871	199	78.755

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021:

2021	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado			
		Até 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 36 meses	
Passivo					
Empréstimos e Financiamentos	25.075	25.075	11.741	13.333	-
Contas a Pagar a Fornecedores	32.854	32.854	32.854	-	-
Arrendamentos a Pagar	972	972	348	312	312
Outras Obrigações	9.194	9.194	3.709	5.485	-
Total	68.095	68.095	48.652	19.130	312

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gestão de Risco (Continuação)

23.1. Fatores de risco Financeiro (Continuação)

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros: é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Consolidado 31/12/2021
Ativos financeiros	
Aplicações Financeiras	6.628
Passivos financeiros	
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixadas	25.075

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Taxa de juros efetiva a.a em 2021	Cenários					
			I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%	
1 - Ativos financeiros								
Aplicações Financeiras	6.628	4,39%	291	364	436	218	145	
Exposição líquida	6.628		291	364	436	218	145	

Risco de taxa de câmbio: está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia avalia sua exposição cambial.

Exposição patrimonial	Exposição	Taxa de Câmbio em 2021	Cenários					
			I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%	
1 - Instrumento financeiro								
Ativos em US\$ ^(a)	(1.642)	R\$5,3889	(8.858)	(11.063)	(13.275)	(6.638)	(4.425)	
Passivo em US\$	1.835	R\$5,5805	10.241	12.801	15.361	7.681	5.120	
Exposição líquida em US\$	193		1.383	1.738	2.086	1.043	695	
Passivo em EURO	189	R\$6,3210	1.196	1.495	1.794	897	598	
Exposição líquida	382		2.579	3.233	3.880	1.940	1.293	

a) (i) Essa taxa de US\$ é média e diferente da de venda. Contém valores de clientes inadimplentes que não estão sendo atualizados pela variação cambial, e que está causando essa distorção.

A Administração da Companhia monitora os fatores de risco mediante acompanhamento das tendências de mercado e revisões periódicas dos ativos e de seu endividamento.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gestão de Risco (Continuação)

23.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia vem acumulando recursos e reservas de lucros de forma a corresponder com os investimentos que estão sendo projetados com a necessidade de capital de giro necessária para os próximos anos. A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida da Companhia com terceiros (empréstimos e financiamentos) para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado 31/12/2021
Gestão de capital	
Total dos empréstimos com terceiros	25.072
(-) Caixa e equivalente de caixa	(8.195)
(=) Dívida líquida (a)	16.877
Total do patrimônio líquido (b)	152.689
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a)/(b)	0,11

23.3. Instrumento financeiro por categoria

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
<u>Ativos financeiros mensurados a custo amortizado</u>			
Caixa e Equivalente de Caixa	871	199	8.194
Contas a Receber de Clientes	-	-	69.645
Outros Créditos	-	-	916
Total	871	199	78.755
<u>Passivos financeiros mensurados a custo amortizado</u>			
Contas a Pagar a Fornecedores	-	2	32.854
Arrendamentos Operacionais a pagar			972
Empréstimos e Financiamentos			25.075
Antecipações de clientes e faturamento antecipado	-	-	377
Outros Passivos	-	22	2.120
Total	-	24	61.398

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Administração

Natali Oliveira Duarte
Diretora Presidente
CPF: 362.364.308-45

Monique Werlick Bravo Lima
Contadora
CRC: RJ-102269/O-9